

CONDICIONAMENTOS DEMOGRÁFICOS DA REALIDADE BRASILEIRA

ARTUR HEHL NEIVA

Os problemas de população condicionam a realidade sócio-cultural de um povo. A maneira como êle evolui quantitativamente, o modo como se distribui, influem poderosamente sobre tôdas as suas atividades. O Brasil vive a fase das altas taxas de crescimento populacional, como o censo de 1960 o confirmou: a sua natalidade é alta, a sua mortalidade, embora grande, vem diminuindo. Disso resulta que a distribuição dessa população pelas várias idades faz com que 1/3 dos seus habitantes sustente os outros 2/3: jovens que ainda não trabalham e velhos que não trabalham mais. Outro aspecto demográfico brasileiro está na desigual distribuição territorial da população, quase tôda concentrada na parte sul do país e na orla litorânea.

DESEJO inicialmente frisar a importância do problema populacional em relação aos condicionamentos do mundo sócio-cultural brasileiro. Primeiro, porque a população evidentemente é um dos elementos constitutivos do Estado, sendo os outros o território e o govêrno. Se o continente Antártico hoje, embora haja em tôrno dêle luta de 12 soberanias diferentes, ainda não tem expressão no mundo é porque êle é habitado por pingüins; de modo que a população humana é um elemento essencial ao conhecimento das realidades e potencialidades de um país.

Segundo, porque os fenômenos demográficos, a bem dizer, dão cunho nítido à configuração dos padrões nacionais específicos, acompanhando *pari-passu* o desenvolvimento nacional, desde sua juventude, até seu envelhecimento. Simultaneamente, permitem situar a posição sócio-econômica e sócio-cultural de um país, em confronto com outros; basta dizer que um dos índices usualmente empregados para medir o desenvolvimento de um Estado é a renda *per capita* do seu povo que, obviamente, envolve relações com o número de seus habitantes.

Finalmente, como o homem é o centro de tôdas as ciências sociais, sejam quais forem os aspectos através dos quais seja considerado, é indiscutível que as questões pertinentes ao número, flutuações, composição segundo vários critérios, distribuição territorial e movimentos de sua população, inclusive suas projeções para o futuro, são capitais para a perfeita compreensão de um país.

Para poder estudar as populações, a demografia se baseia na coleta de certos dados brutos. Êsses dados são coletados e obtidos periodicamente através de *censos* ou *recenseamentos*. O Brasil até agora tirou 7 fotografias instantâneas dêsse tipo, de vez que o censo pode ser comparado a uma fotografia instantânea do país, num determinado momento, em relação a uma série de aspectos: em 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950 e agora 1960. É óbvio que essa seqüência de censos, embora muito interessante, não é ainda suficiente. Certos países mais evoluídos como a Suécia e os EE.UU. têm censos desde o século XVIII; a Suécia desde 1749; e desde 1790, de 10 em 10 anos, os EE.UU. Mas isso virá aos poucos e à medida que os censos se forem multiplicando, ir-se-ão aperfeiçoando as suas técnicas, estabelecendo-se séries mais longas a respeito dos vários fenômenos que nêles podemos pesquisar, e que o censo fornece, como sejam aspectos agrícolas, econômicos, industriais etc. Aqui examinarei apenas os aspectos demográficos.

Do ponto-de-vista demográfico, o censo nos dá o que se chama o *estado* de uma população na data de sua realização; de acôrdo com os dados globais obtidos quando são debulhados aquêles questionários censitários em que se indica qual é a idade de cada pessoa, qual é o sexo, etc. Apu-

rado o estado da população, sua *estrutura* pode ser representada através de uma figura que se chama *pirâmide demográfica*.

A coluna central indica os grupos de idade; começando de baixo, o primeiro degrau compreende os grupos de idade de 0 a 4 anos; o segundo, de 5 a 9; o terceiro, de 10 a 14 e assim por diante, até o último, que compreende tôdas as idades superiores a 85 anos. A altura de cada grau é a mesma, pois cada qual, salvo o último, representa um quinquênio. Um dos lados da "pirâmide" é relativo ao número de pessoas do sexo masculino; o outro, corresponde ao número de pessoas do sexo feminino (homens e mulheres registrados pelo censo em cada grupo de idades, indicadas estas na faixa central). Naturalmente, as abscissas desenhadas — a largura de cada degrau — são proporcionais às quantidades de mulheres e de homens existentes naquele grupo de idade. Esta pirâmide ensina muita coisa ao demógrafo. Já à primeira vista, por exemplo, vemos que nas idades menores há uma muito maior quantidade de gente, o que significa portanto que a população do país é muito jovem e que há uma grande natalidade; aos poucos vão morrendo as pessoas componentes daquele grupo de idades, por uma série de causas, até que os últimos sobreviventes são poucos, de modo que os degraus dos grupos mais idosos são extremamente estreitos. Que nos mostra esta pirâmide em relação ao Brasil? Mostra-nos, principalmente, a juventude da nossa população. Se computarmos apenas êsses três degraus, 0 a 4 anos, 5 a 9 anos e 9 a 14 anos, compreendem êles 42,6 % de tôda a população brasileira somados naturalmente os homens de um lado com as mulheres de outro.

O conjunto dos degraus acima de 60 anos representa precisamente 10% daqueles degraus inferiores. E se somarmos os 42% dos degraus mais moços com os 4,2% dos degraus mais velhos, teremos um total de população de 46,2% que, por sua própria natureza (ou por que são muito moços ou porque são muito velhos), constituem a parcela da população que não produz, que gasta, que consome muito mais do que pode produzir. A população potencialmente ativa é precisamente a população que está no meio; seus esforços de natureza econômica, é que vão ter que carregar

e sustentar êsses elementos, sejam os muito moços, sejam os muito velhos. Então já aí, de acôrdo com esta pirâmide demográfica, vemos que um pouco mais de metade da população brasileira é a que tem que suportar todo o resto da população.

Naquela faixa de população central é que se recruta a população ativa de um país; mas é preciso não confundir a população ativa com o conjunto desta faixa de população central, porque mesmo na faixa de população central há uma porção de pessoas que não têm atividade econômica. Por exemplo, as donas de casa, que realizam, na verdade, um trabalho formidável, respeitabilíssimo, mas cujo trabalho não é normalmente remunerado. Daquela faixa central há, pois, necessidade de deduzir êstes elementos que não são *economicamente* ativos. Então, o total de população ativa brasileira é da ordem de 31,4%, menos de um têtço da população total. Esta fração tem naturalmente que carregar e sustentar o restante. Tal cifra permite uma comparação que é desfavorável (embora não muito) em relação a outros países muito mais evoluídos, por exemplo os EE.UU., onde a população ativa é de 39% e não de 31,4%.

Quería chamar a atenção para isso porque, como vemos, tanto a população inativa mais jovem quanto a população inativa mais velha exigem tratamentos especiais, com investimentos característicos e caros. No caso da população mais môtca, destaca-se todo o problema de educação e de instrução, exigindo escolas, professôres, livros, além de alimentação (evidentemente uma alimentação especial para as crianças que estão em fase de crescimento). Quanto às pessoas mais velhas, exigem elas cuidados de saúde, hospitais, alimentação de determinado tipo, etc.

Naturalmente pode-se tirar do censo uma série de outras conclusões além das indicadas.

Podemos dizer, por exemplo, que, de modo geral, em matéria de situação étnica do Brasil nota-se que há uma tendência para o branqueamento ou o aclaramento da população. A cada censo nôvo diminui o número de negros e de amarelos, aumenta o número de brancos, e cresce evidentemente o número de pardos; o que é um índice muito saáo

da política sábia de miscigenação que o Brasil vem fazendo desde sua descoberta.

Também esta população, segundo as suas atividades, é dividida em três setores: atividades *primárias*, que são aquelas relacionadas com a mineração e a agricultura; atividades *secundárias*, que são as relacionadas com as indústrias de transformação, e atividades *terciárias*, que são as relativas aos serviços, ao trabalho dos funcionários, dos médicos, dos representantes de firmas, dos vendedores, dos radialistas, e assim por diante.

A porcentagem consagrada a cada uma dessas atividades é também um índice de desenvolvimento ou de subdesenvolvimento do país. À medida que o país se torna mais desenvolvido, cresce a proporção de pessoas cuja atividade se concentra no setor terciário, e diminui o número de pessoas que se concentram em atividades primárias. De modo que uma concentração nas atividades primárias, é em geral um índice de subdesenvolvimento. Esse é o caso do Brasil, onde devemos ter (os dados são do censo de 50, pois os de 60 ainda não estão publicados mas devem ser próximos, com um pequeno decréscimo) cerca de 65% da população ativa empregada nas atividades primárias: agricultura e mineração. Cerca de 13% se encontram nas atividades secundárias (indústria) e 22% em atividades terciárias. A tendência é para que aqueles 65% decresçam, pois o Brasil está se desenvolvendo; mas mesmo assim o número de pessoas empregadas em atividades primárias é muito grande.

Como comparação basta dizer que o total de pessoas empregadas em atividades primárias nos EE.UU. é de 11%, contra os nossos já citados 65%. Também geograficamente, a população do Brasil está péssimamente distribuída. O cartograma do censo de 1950 nos dá uma idéia desta má distribuição. Podemos observar que apenas 1/3 do território brasileiro está razoavelmente ocupado, contendo 13/14 da população, com maior densidade ao longo da costa e em certos pontos do Sul; e que cerca de 2/3 da área do Brasil continua com uma ocupação inferior a 1 habitante por quilômetro quadrado, contendo apenas 1/14 da população. Em geografia humana, há um conceito dizendo que "tôda e qualquer área com menos de 2 habitantes por quilômetro

quadrado, é considerada como deserto". Então, 2/3 da área do Brasil, segundo este conceito, ainda são um deserto. Tem-se notado, através de vários censos, que lentamente a fronteira demográfica vai se deslocando para o interior. Porém na velocidade em que ela vai, encher o Brasil demorará ainda alguns séculos. Hoje em dia a densidade média do Brasil é de 8,38 habitantes por quilômetro quadrado.

Isso é a parte estática. Queria, porém, apresentar alguns dados resumidos da parte dinâmica da população brasileira.

Que podemos chamar de dinâmica da população brasileira? Evidentemente, é o movimento, a vitalidade que ela tem.

Essa dinâmica se processa de duas maneiras totalmente diversas. Uma que é puramente biológica: pessoas nascem e pessoas morrem. As que nascem aumentam a população e as que morrem a diminuem. O segundo mecanismo, é um mecanismo puramente sócio-cultural. As pessoas emigram ou imigram, realizam um certo movimento espacial. Quando imigram, fazem crescer a população; mas se emigram, fazem-na decrescer. Evidentemente o jôgo conjunto desses dois fenômenos provoca o crescimento ou o decréscimo da população do país em termos absolutos. É claro também que cada um desses processos contribui de maneira própria para esse crescimento ou para esse decréscimo.

No Brasil o que se tem notado desde 1930, mais ou menos, é que o crescimento correspondente à população estrangeira, aos imigrantes, vai-se reduzindo. Em 1960, por exemplo, entraram no Brasil apenas 40 000 imigrantes e uma fração. Isto não pode nem de longe ser comparado com o apogeu da imigração que se deu na última década do século passado, quando houve ano em que o Brasil recebeu 216 mil imigrantes, com uma população muito menor do que a atual.

Por outro lado, como o Brasil tem uma taxa de natalidade muito elevada, próxima do nível natural da natalidade, da ordem de 43 a 44 por mil habitantes (quer dizer, por mil habitantes nascem 43 a 44 durante um ano), o Brasil vem crescendo consideravelmente em população. Cerca de 92% desse crescimento da população do país pode

ser atribuído ao que se chama crescimento vegetativo, ao excesso de nascimento sôbre óbitos. A imigração contribui apenas com cêrca de 8%.

Mas o mais curioso é o seguinte: Podemos distinguir várias fases de evolução demográfica de um país. Na primeira fase, que é a fase da antiguidade, da idade média e mesmo nos tempos recentes, até antes do último meio século ou mesmo depois, normalmente o quadro era o seguinte: havia uma alta taxa de natalidade e uma alta taxa de mortalidade, nascia muita gente mas também morria muita gente.

E a diferença entre as duas é que dava o saldo, aquêles que sobravam. No Brasil, temos problemas graves neste setor. Quero referir-me ao caso da mortalidade infantil. Em demografia chama-se mortalidade infantil ao número das crianças, para cada povo, que morrem entre o momento do nascimento (em que têm 0 ano de idade) e o momento em que completam 1 ano de idade. Mede-se segundo uma relação que indica tantos nascidos vivos tantos óbitos por mil. No Brasil não se conhece, com exatidão, a taxa de mortalidade infantil, porque nem tôdas as crianças que nascem, especialmente no interior, são registradas nem tampouco tôdas as que morrem, de modo que as estatísticas têm um certo grau de imprecisão. Mas tem-se medido bem a mortalidade infantil nos grandes centros; e em algumas zonas do interior, estudos precisos foram feitos dêsse fenômeno típico. As estimativas dão aproximadamente os seguintes dados: A mortalidade infantil no Brasil é de cêrca de 160 a 170 por mil, mas no Rio Grande do Norte sobe a 428 por mil, segundo declarações do Governador, sendo de 320 por mil em Natal. Em algumas cidades mais desenvolvidas êsse valor já baixou bastante, estando em 90 ou em 70. Isso mesmo ainda está muito longe do que acontece em outras nações mais evoluídas, em que a mortalidade infantil está reduzida a menos de 20 por mil. O problema da mortalidade infantil é uma dessas vergonhas nacionais e tem que ser resolvido, porque é positivamente imoral que haja um trabalho imenso, que haja um desgaste imenso de material humano, de recursos econômicos, de tudo enfim, inclusive de recursos morais, para formar o corpo daquele ser inocente, para depois deixá-lo morrer.

Passemos agora para outro setor.

Tínhamos dito que a primeira fase da evolução de um povo é caracterizada por uma alta natalidade e uma alta mortalidade; a segunda fase (é a fase em que estão o Brasil e a maior parte dos países chamados subdesenvolvidos) é aquela na qual a natalidade continua alta, muito alta, próxima dos níveis naturais, a não ser em certas grandes cidades, e a mortalidade vem sofrendo um grande decréscimo por causa do progresso das ciências médicas.

Então, que acontece? A diferença entre natalidade e mortalidade vai crescendo cada vez mais, e este aumento provoca uma grande explosão demográfica de crescimento, que ocorre na fase na qual o Brasil se encontra hoje. A terceira fase é encontrada nos países mais velhos, nos países cuja pirâmide populacional não tem mais a forma assim aberta, com uma base larga, porém tem a forma de uma pêra e em que são empregados os métodos anticoncepcionais, redução de população etc.; estes países se caracterizam por uma baixa taxa de natalidade e uma baixa taxa de mortalidade de modo que o crescimento também é um crescimento relativamente pequeno.

Para dar uma idéia do que esse crescimento pode significar no Brasil, alinho algumas cifras, que são cifras globais. Através dos censos anteriores foi verificado que o crescimento bruto anual da população brasileira nos anos de 1950 e 1953 estava estimado em 2,4% ao ano, já computada a diferença entre os nascimentos e as mortes e as diferenças entre a emigração e a imigração etc. De 54 a 56, essa taxa se acentuou para 2,5% ao ano. De 57 a 59 demógrafos discutindo, conversando, examinando tôdas as pesquisas feitas esperavam que ela fôsse de 2,6 ao ano. Assim, o Brasil teria em 1960 66 milhões de habitantes. Caso a taxa tivesse crescido mais do que se contava, a população poderia atingir a 68 milhões. Quando saíram os resultados globais do censo de 1960 houve uma surpresa generalizada; os resultados foram surpreendentes e imprevisíveis — o Brasil em 1960 tinha 70 milhões e 967 mil habitantes, excedendo a tôda as expectativas, excedendo em quase 5 milhões as mais compensadoras estimativas anteriores. Mesmo admitindo que tenha havido erros, com a inflação dos resultados censitários (isto

tudo vai ser motivo para controvérsias e discussões durante muito tempo) o fato está aí; surpreendentemente, o número é muito maior do que aquele que havia sido previsto, o que indica que a curva de crescimento do Brasil está se acentuando cada vez mais e a taxa de crescimento, calculada na base do resultado do censo de 60, é de 3,05% por ano, que é uma das mais elevadas taxas de crescimento demográfico do mundo e mais do que o dôbro da taxa da Índia.

Se continuar assim, isso significará que já em 1970 o Brasil terá uns 95 milhões de habitantes; presumivelmente, em 1980 estaremos com uns 125 milhões e em 2000 teremos mais de 210 ou 220 milhões de habitantes. Então esta é a situação demográfica do Brasil.

É claro que o aumento das reservas populacionais é extremamente interessante para o país. A população, por exemplo, é indispensável para o estabelecimento de um poderio militar, para o estabelecimento de um poderio econômico e para o estabelecimento de outras modalidades de poder.

O Professor GLYCON DE PAIVA deixou isto bem claro, no seu interessante trabalho. Em face da estrutura da pirâmide demográfica brasileira, vê-se então que há um número cada vez maior e mais crescente de bocas que têm de ser alimentadas, de crianças que têm de ser instruídas, de pessoas que não podem entrar na zona de vida ativa até atingirem pelo menos os 15 anos. Isto vai criar uma série de problemas, exigindo, como demonstrou o Professor GLYCON DE PAIVA com grande clareza, um aumento de importações, especialmente de recursos minerais, metálicos, não metálicos, de natureza energética etc. e ainda exigirá um desenvolvimento bastante mais considerável de certos produtos.

Um outro aspecto da mobilidade da população brasileira, é constituído pelo movimento de migrações internas. É a mobilidade dentro das fronteiras do país.

Temos uma área que serve de ponto-de-partida quase que exclusivamente para os movimentos de migração internos: é o Nordeste, cujos habitantes vêm para o Sul, vão para o Extremo Norte e vêm para o Centro do Brasil. As migrações do Nordeste para o Sul concentram-se principalmente sobre São Paulo e Rio de Janeiro; as migrações para o Centro-Oeste concentram-se principalmente sobre Brasília.

Existem frentes pioneiras de povoamento, e estas são formadas, por exemplo, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde a população está extravazando dos lugares em que se achava formando frentes pioneiras de povoamento ao Sul. O pessoal da zona Noroeste do Brasil, do antigo território de Iguazu, indo para Mato Grosso está formando ali também outra frente pioneira; e no Nordeste temos mais uma frente, que está se desenvolvendo principalmente nos vales férteis dos rios, como o Mearim e o Itapicuru. Êsses movimentos não estão ainda bem estudados mas devem superar a casa dos 100 mil, anualmente, indo e vindo.

Antes de encerrar, desejaria chamar a atenção para um outro aspecto, correlato dos que examinei relativamente ao crescimento demográfico brasileiro. Existem necessidades a serem supridas, a fim de que a população possa ter um determinado padrão de vida.

Não estamos falando de padrão de vida no sentido comum. O Professor GLYCON nos disse que tínhamos uma renda *per capita* de 250 dólares, característica de um país subdesenvolvido; e que o mínimo que deveremos ter é de 400 dólares *per capita*, que é por onde começa a dos países desenvolvidos.

Ora, como se tem processado o desenvolvimento do Brasil nesses últimos anos?

Isto seria claramente visível nas curvas de um gráfico. Enquanto, partindo de um índice 100 em 1949, o produto real brasileiro no setor industrial subiu, em 1960, a 266,3, o agropecuário subiu apenas de 100 a 154. Como, porém, a população do país cresceu neste período, faz-se mister calcular o produto agropecuário *per capita*, e êste só cresceu de 100 a 112 em números redondos. Mas desta curva devemos descontar ainda a parcela da produção agropecuária que é exportada; assim, a curva de pouco supera — se superar — o crescimento demográfico brasileiro. Neste momento estão sendo realizadas pela Fundação Getúlio Vargas, no Núcleo de Economia, estudos procurando pesquisar e mostrar certas diferenças entre a produção agropecuária destinada à exportação e o consumo interno.

Dentre os nossos produtos de exportação, os principais são justamente os de origem agropecuária (café, algodão,

cacau etc.). E esse produto que é exportado, evidentemente não pode ser destinado ao consumo interno.

É opinião unânime dos economistas que, no ano de 1959, a produção agropecuária brasileira não acompanhou o desenvolvimento populacional do Brasil; é possível que em 1960 e 1961, quando a situação melhorou, ela se desenvolvesse.

Com essas observações encerro os dados que queria apresentar, chamando atenção expressamente para a situação em que nos achamos hoje quando é indispensável que todo brasileiro patriota se concentre em promover a reforma agrária no Brasil, porque sem reforma agrária o problema de aumento de produtividade não pode ser resolvido. Nossa produtividade agrícola hoje é das mais baixas do mundo e mesmo que desejássemos empregar os melhores recursos da técnica moderna de mecanização agrícola, e mesmo que tivéssemos recursos para importar o que fôsse necessário, o homem do campo não teria ainda educação suficiente para se utilizar de todos os recursos modernos da agricultura (tratores, adubos, etc.). Ele tem que passar por uma fase de aprendizagem, pois não se vai da enxada para o trator sem antes passar pelo arado. Tudo isto tem que ser feito lentamente — e a verdade é que já devíamos ter efetuado a reforma da estrutura agrária do país antontem.

AR CONDICIONADO
engenheiros
especializados

Confort-Air S/A

ENGENHARIA — INDÚSTRIA
COMÉRCIO

ASSISTÊNCIA E GARANTIA

RUA WASHINGTON LUIS, 81 - 1º, 2º e 3º - TELEFONES 22-2030 e 22-4925